

# Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 15

FOLHA ONLINE - SP - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo deixa de pagar 25% dos precatórios em 2022 (Previdência) ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados terão R\$ 1,6 bi em atrasados da Justiça ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A paridade dos tribunais administrativos - OPINIÃO JURÍDICA ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Mais de 350 juízes receberam acima de R\$ 100 mil ao menos uma vez em 2022 ..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Pacheco propõe a Fux criar benefícios extras ao Judiciário ..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SERVIDOR PÚBLICO

Após desistir de aumento, governo corre para reajustar vale-refeição ..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PT deixa brechas para negociar com mercado ..... 12

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economia é entrave para eventual união Tebet-Ciro ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

OCDE vê Brasil como país mais à frente para entrar na entidade ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PT "enxuga" texto de 90 para 121 pontos com foco em 1º turno ..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Governo não pode interferir em preços" ..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais inflação e mais arrocho (Editorial) ..... 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Empresário é investigado por fraudes e grilagem ..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo e Congresso decidem ampliar Auxílio Gás e criar vale-caminhoneiro ..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC reforça temor de inflação com redução de impostos ..... 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Operação contra pirataria tira do ar 266 sites e 461 apps ilegais.....	24
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Estados pedem a Gilmar que suspenda liminar sobre ICMS dos combustíveis.....	25
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Políticas sociais e combate à fome são prioridades.....	26
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLITICA / ECONOMIA ECONOMIA	
Alta além da inflação e do salário mínimo.....	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Plano de governo da chapa Lula-Alckmin exclui ruídos e sinaliza ao centro.....	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Taxa extra da conta de energia elétrica vai aumentar até 64%.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Brasil retrocede em ranking de combate à corrupção.....	33

# Governo deixa de pagar 25% dos precatórios em 2022 (Previdência)

**Cristiane Gercina**

O governo federal não irá quitar todos os precatórios previstos no Orçamento de 2022, incluindo os valores destinados aos segurados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). O Judiciário havia solicitado R\$ 42,8 bilhões, mas o total liberado é de R\$ 32,4 bilhões -75% do previsto.

Precatórios são dívidas judiciais do governo acima de 60 salários mínimos. Para a Justiça Federal especificamente, que paga os precatórios do **INSS**, foram liberados R\$ 25,4 bilhões. Os R\$ 7 bilhões restantes são para outras áreas do Judiciário.

Os números foram informados pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Ministério da Economia.

A redução do montante está amparada pelas emendas constitucionais 113 e 114, originadas da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que definiu um teto de pagamento para essas dívidas, fazendo com que parte dos cidadãos fique sem receber. O que não for pago em 2022 será incluído no Orçamento dos próximos anos, o que pode virar uma bola de neve.

Do total de R\$ 25,4 bilhões, R\$ 11 bilhões são para quitar dívidas judiciais de segurados do **INSS** que venceram ações de concessão ou revisão do benefício na Justiça. Na lista, estão benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensão por morte; acidentários, como auxílio-doença e auxílio-acidente; e assistenciais, como BPC (Benefício de Prestação Continuada).

A aprovação da PEC com um limite para o pagamento dos precatórios até 2026 foi uma das formas encontradas pelo governo federal para furar o teto de gastos -já que parte das dívidas judiciais saem do teto e encaminhar o dinheiro para o pagamento de outras despesas, como o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família e aposta do governo Bolsonaro em ano eleitoral.

Ainda não é possível saber quantos cidadãos entrarão na lista de recebimento dos precatórios neste ano. A definição de quem receberá sairá somente após o dia 10 de julho, quando os tribunais deverão fazer a divisão do dinheiro a ser enviado pelo CJF (Conselho

da Justiça Federal). A previsão de depósito aos credores varia, em alguns tribunais será até o final de julho, em outros, no início de agosto.

A previsão inicial, segundo o CJF (Conselho da Justiça Federal), responsável por repassar os valores aos tribunais, era pagar R\$ 14 bilhões em precatórios do **INSS**, atendendo a processos que estavam na lista divulgada pela CMO (Comissão Mista de Orçamento) em 2021. No entanto, o dinheiro liberado, de R\$ 11,1 bilhões, é 80% do valor previsto.

O corte também atinge ações de servidores contra a União em busca horas extras e verbas salariais não pagas. Do total previsto para 2022, estimado em R\$ 10,8 bilhões, serão desembolsados R\$ 9 bilhões para o pagamento, uma diminuição de 17% do previsto.

Vitor Augusto Boari, presidente do Madeca (Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares do Poder Público) e membro efetivo da Comissão de Precatórios da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em São Paulo, critica a falta de transparência.

"Esse dinheiro economizado pode estar sendo usado de uma forma espúria, porque vai para Orçamento secreto e para outras coisas que a gente vê. Foi o jeito que conseguiram de furar o teto e rolar a dívida."

O advogado destaca ainda outras mudanças feitas pela emenda, quer seriam prejudiciais aos credores: a da data-limite para que o precatório seja incluído no Orçamento do ano seguinte passou de 2 julho para 2 de abril, além da alteração na regra de correção, agora com base na taxa Selic. Antes, o índice utilizado era o IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial).

"Eles colocaram a Selic como indexador de todas as dívidas. A Selic está em alta agora, mas, para valores anteriores, os credores estão tendo prejuízo de cerca de 35% do valor, segundo o Madeca", afirma.

Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), avalia que as emendas foram muito prejudiciais para os autores de ações judiciais que estão há anos esperando pelo recebimento do seu precatório.

"Os prejuízos são muitos, mas o principal é a espera ainda maior para receber o que lhes é de direito. Há processos com 10, 15 ou até 20 anos de espera e, agora, os segurados poderão ficar de fora da lista de 2022, ainda que tenham sido incluídos, caso a ordem deles esteja fora no limite orçamentário definido pelas emendas", diz.

No STF (Supremo Tribunal Federal), uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) questiona trechos da PEC dos Precatórios. Um pedido de liminar foi feito, mas ele ainda não foi apreciado. "Nós não solicitamos que a PEC seja declarada totalmente inconstitucional. Há trechos com os quais concordamos, como usar o precatório para comprar um imóvel, por exemplo. Nunca vimos acontecer, mas é uma alternativa para o credor", diz Boari.

Segundo a Justiça Federal, o pagamento obedecerá as regras de prioridades da emenda 114. Devem ser pagos prioritariamente os precatórios alimentícios, como os do **INSS**, além de salários e indenizações com limite de até três vezes o teto das RPVs (Requisições de Pequeno Valor) para quem tem a partir de 60 anos de idade ou seja pessoa com deficiência ou doença grave.

O limite, neste caso, será de R\$ 218.160 neste ano. Depois, serão pagos os demais precatórios de natureza alimentícia, também limitados a até três vezes o valor da RPV de 2022, o que dá 180 salários mínimos. Em terceiro lugar vêm as demais dívidas alimentícias e, na sequência, os outros precatórios.

Os TRFs (Tribunais Regionais Federais) aguardam os valores para determinar quem irá receber. Após 10 de julho, o cidadão poderá consultar, no site do tribunal de sua região, se seu precatório será quitado.

O TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), que atende São Paulo e Mato Grosso do Sul, informou que receberá metade do valor previsto, mas que ainda haverá correções até a data de pagamento. Ao todo, foram solicitados R\$ 8,7 bilhões para 2022 e devem ser liberados R\$ 4,2 bilhões -total ainda sem correção.

No TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), que atende os estados do Sul, a previsão é pagar 48,02% dos precatórios federais que estavam previstos para 2022.

Advogados de credores também podem ficar sem pagamento. Há entendimento de que eles também entram nas prioridades legais de idade, deficiência ou doença grave, mas há outras interpretações de que a verba dos profissionais não está amparada na regra constitucional.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/governo-deixa-de-pagar-25-dos-precatorios-em-2022.shtml>**

# Aposentados terão R\$ 1,6 bi em atrasados da Justiça

Os segurados do **INSS** que processaram o instituto e ganharam o direito a concessão ou revisão do benefício previdenciário ou assistencial vão receber R\$ 1,6 bilhão em atrasados de até 60 salários mínimos (R\$ 72.720) da Justiça Federal neste mês.

O valor foi liberado aos TRFs (Tribunais Regionais Federais) para pagara 102.404 beneficiários que venceram 79.072 processos contra o **INSS** e tiveram a ordem de pagamento emitida em maio.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

50

# A paridade dos tribunais administrativos - OPINIÃO JURÍDICA

*Caio Cesar Nader Quintella é advogado tributarista em São Paulo, professor e mestre em Direito pela PUC/SP, ex-vice-presidente da 1ª Seção do Carf e ex-conselheiro titular da Câmara Superior de Recursos Fiscais.*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187250](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187250)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187250](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187250)

# Mais de 350 juízes receberam acima de R\$ 100 mil ao menos uma vez em 2022



O presidente do STF, Luiz Fux, em reunião na sede da corte com líderes do Senado Rosinei Coutinho/STF

## Lucas Marchesini Brasília

Pelo menos 353 juízes receberam mais de R\$ 100 mil em pelo menos um mês ao longo de 2022.

As informações estão no portal mantido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) com os pagamentos feitos aos 17,9 mil juízes, desembargadores e ministros de cortes superiores do Judiciário.

Mas nem todos os tribunais, mandam informações ao conselho, e há casos em que a última atualização de dados ocorreu em abril de 2021.

Juízes estão entre os **servidores públicos** com os maiores salários no funcionalismo, pois a remuneração é vinculada ao vencimento de ministros do Supremo Tribunal Federal, hoje em R\$ 39,2 mil. O salário dos integrantes do STF é o teto da administração pública.

Apesar disso, não é incomum magistrados receberem acima desse limite. Isso porque uma série de valores não entram no cálculo do teto, como verbas de férias e gratificações, como a natalina ou por exercício cumulativo de cargos, e jetons (remuneração por participação em conselhos), entre outras.

Os três juízes que, no Brasil, receberam os maiores contracheques embolsaram, de uma vez, valores que vão de R\$ 432 mil a mais de R\$ 700 mil.

Os demais 350, segundo apurou a Folha, receberam, em ao menos um mês, entre R\$ 100,04 mil e R\$ 279 mil.

Neste ano, o magistrado que mais recebeu de uma

vez só foi a ministra do TST (Tribunal Superior do Trabalho) Morgana de Almeida Richa: quase R\$ 733 mil em abril. O valor foi pago pelo TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 9a Região, no Paraná.

A assessoria de imprensa do TST disse que isso ocorreu porque, para assumir o cargo de ministra da corte, em dezembro de 2021, Morgana foi exonerada do TRT-PR, "auferindo em 2022 as parcelas decorrentes de lei, inclusive a indenização de vários períodos de férias que não foram usufruídos durante o período trabalhado no tribunal regional".

Em 2022, o tribunal que mais aparece com juízes recebendo acima de R\$ 100 mil em um único pagamento é o TJ-GO (Tribunal de Justiça de Goiás). Dos dez maiores contracheques, três são de juízes do TJ goiano: Sebastião José da Silva, João Divino Sousa e Stefane Machado, que receberam entre R\$ 193 mil e R\$ 210 mil somente em maio deste ano.

De acordo com o TJ-GO, vários fatos levaram a os pagamentos acima de R\$ 100 mil.

"São subsídios, gratificação de acúmulo de unidades, auxílios legais, 13o salário, indenização de dez dias de férias, adicional constitucional de um terço de férias, abono de permanência e direitos ou créditos reconhecidos judicialmente em razão de pagamento salarial de período anterior realizado a menor [quando há uma decisão dizendo que o salário não foi pago completamente no passado]", listou o tribunal sobre os valores pagos aos três juízes.

No caso de Sebastião José da Silva, entram também valores do acerto financeiro por aposentadoria. "Assim, o valor da remuneração dos magistrados deste Tribunal de Justiça conta com total respaldo constitucional e legal", concluiu a assessoria.

A aposentadoria de magistrados é uma das razões levantadas pelos tribunais para justificar contracheques que superam R\$ 400 mil.

O segundo lugar na lista entre os juízes no Brasil que mais receberam neste ano é o ex-desembargador Francisco Ermel, que deixou o TRT da 9a Região em março e recebeu R\$ 547 mil em "verbas correspondentes a seu desligamento definitivo, conforme determina a lei", informou a assessoria de

imprensa do tribunal. "O maior montante diz respeito a férias acumuladas e não usufruídas", acrescentou.

A terceira na lista nacional é a ex-desembargadora do TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) Sandra de Santis, com R\$ 432 mil recebidos de uma vez só. No caso, informou a assessoria do tribunal, as verbas corresponderam ao "acerto de contas realizado por ocasião da aposentadoria".

Contracheques de magistrados são divididos em quatro categorias pelo CN J. Os subsídios correspondem ao salário mensal Há os direitos pessoais, que englobam itens como abono permanência (incentivo a quem tem tempo de aposentadoria, mas segue trabalhando) e restituições de cobranças indevidas.

As indenizações incluem diversos auxílios, como o de alimentação e o de saúde. Já os direitos eventuais englobam valores referentes a férias, 13o salário e eventual jetom. Esses valores não entram no cálculo do teto salarial, assim como a ajuda de custo para mudança ou transporte, entre outras.

Em todos os 353 casos em que o valor recebido em algum mês superou R\$ 100 mil, a maior parte da soma é registrada pelo CNJ como valores eventuais, que não contam para o teto constitucional -no caso juíza do TST, que teve o maior contracheque do país, todo o valor está nessa rubrica.

"Nos últimos quatro anos de magistratura, [Morgana de Almeida Richa] exerceu, em sequência, dois cargos na administração do tribunal (1a vice-presidente e 2a vice-presidente), ficando impedida por quatro anos de gozar as férias a que teria direito", disse o TST.

Mesmo com os altos salários, a categoria luta para que o Congresso aprove um projeto concedendo um reajuste automático a cada cinco anos, o que é conhecido como quinquênio. A proposta é aumentar o salário mensal em 5% a cada cinco anos, com um máximo de sete aumentos ao longo da carreira.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), está pessoalmente empenhado na aprovação do quinquênio. Em maio, o parlamentar disse que a proposta "corrige injustiças" e que "é razoável" um aumento nos vencimentos por tempo de serviço.

O CNJ defende sua aprovação. De acordo com o presidente do STF, Luiz Fux, que também preside o CNJ, o projeto é uma oportunidade de reestruturação da carreira.

"Esta proposta, entre outros pontos, evitará que um

juiz recém-empossado, por exemplo, receba o mesmo salário de um juiz com mais de 30 anos de exercício na magistratura", disse, em nota, o CNJ.

"Além disso, a aprovação está condicionada à extinção de auxílios pagos pelos tribunais, também chamados de 'penduricalhos', com a proposta que limita ganhos acima do teto constitucional." A Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) também defende a aprovação da proposta, que, segundo a entidade, recompõe perdas inflacionárias que não foram repostas. Além disso, prossegue a associação, a medida também torna mais interessante a carreira de juiz, permitindo que a categoria rivalize com outros segmentos públicos e privados na atração de pessoal qualificado.

"O valor da remuneração dos magistrados deste Tribunal de Justiça conta com total respaldo constitucional e legal assessoria de imprensa do TJ-GO por meio de nota"

"Nos últimos quatro anos de magistratura, [Morgana de Almeida Richa] exerceu, em sequência, dois cargos na administração do tribunal (1a vice-presidente e 2a vice-presidente), ficando impedida de gozar as férias a que teria direito assessoria de imprensa do TST por meio de nota"

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49950>

# Pacheco propõe a Fux criar benefícios extras ao Judiciário

*José Marques e Renato Machado Brasília*

Reunião de líderes do Senado com o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, nesta terça (21), teve como assunto, entre outras questões, propostas que preveem criação de benefícios extras para a carreira de magistrados e do Ministério Iriáblico e limitação de supersalários para funcionários públicos.

Ambas as propostas são de interesse para os membros do Judiciário e alvo de forte pressão sobre o Congresso pelas entidades de classe que representam os magistrados.

Participaram do encontro com Fux o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e outros 11 senadores, incluindo Flávio Bolsonaro (PD RJ), Paulo Rocha (PT-PA) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

A visita vem sendo tratada como uma demonstração do presidente do Supremo de proximidade entre a Justiça e o Legislativo, para discutir a relação entre os dois Poderes.

Segundo Pacheco, Fux não fez qualquer reivindicação em relação às questões que envolvem o Judiciário, mas assistiu a uma exposição do presidente do Senado sobre o tema.

"Eu fiz um balanço das questões atinentes ao Poder Judiciário e uma delas, de fato, é a previsão que existe no Congresso Nacional da apreciação do projeto de lei que versa sobre verbas indenizatórias, o chamado extrateto, que contém aquela lógica de salários fora do padrão"; afirmou Pacheco a jornalistas à saída.

"E também da reestruturação da carreira [de magistrados e do Ministério Público] que está materializada na PEC 63. Mas foi uma fala minha dentro de uma proposta para o Judiciário brasileiro de algo equilibrado." O presidente do Senado disse que ainda não há uma definição do cronograma para a votação dos textos, mas considera que "é muito importante a votação de ambos", porque permitirão uma "lógica justa" à remuneração da magistratura brasileira, mas também farão uma reestruturação de carreira que trará estímulos para que magistrados permaneçam nelas.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**50**

# Após desistir de aumento, governo corre para reajustar vale-refeição

**LORENNA RODRIGUES EDUARDO GAYER BRASÍLIA**

Após desistir de reajustar o salário dos **servidores públicos**, o presidente Jair Bolsonaro corre contra o tempo para tentar pelo menos aumentar o vale-refeição do funcionalismo. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, uma minuta de projeto de lei que abre caminho para aumentar o benefício já está pronta e deverá ser enviada pelo Ministério da Economia ao Palácio do Planalto "em breve", de onde deve ser endereçada ao Congresso.

O texto do projeto retira da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a proibição de aumento de benefícios em 2022. Isso permitirá, em um segundo momento, a edição de um decreto aumentando o valor do vale. "O presidente ainda não desistiu", disse uma fonte do governo.

A questão, porém, é se haverá tempo para que as mudanças sejam aprovadas pelo Congresso nos prazos determinados pela lei em ano de eleição. O benefício tem de ser sancionado até o fim da semana que vem para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impede que o governante aumente despesas em prazo inferior a 180 dias do fim do mandato.

A primeira ideia seria dobrar o benefício para os servidores do Executivo, mas o texto ainda não foi fechado e há dúvidas se o R\$ 1,7 bilhão reservado no Orçamento para aumento salarial seria suficiente.

Esse valor no momento se encontra bloqueado. Ou seja, se for realmente usado para o reajuste do benefício a partir de julho, a área econômica terá de cortar outras despesas para adequar o Orçamento ao teto de gastos, regra que impede que as despesas públicas cresçam acima da **inflação**.

Na semana passada, em entrevista a um canal no YouTube, Bolsonaro disse que "está praticamente acertado" dobrar o vale-alimentação do funcionalismo, hoje em R\$ 458 por mês.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# PT deixa brechas para negociar com mercado



Apresentação das diretrizes para o programa de um eventual governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nelson Almeida/AFIP

**Catia Seabra Joelmir Tavares**

O esboço do plano de governo da chapa Lula-Alckmin deixa abertas brechas para negociação com o setor produtivo e o mercado financeiro.

Apresentadas nesta terça-feira (21), as diretrizes para o programa de um governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva propõem, por exemplo, a revogação do teto de gastos, mas apontam para adoção de outros mecanismos de controle de despesas.

Coordenador do plano de governo de Lula, o ex-ministro Aloizio Mercadante afirmou que a equipe encarregada da elaboração do programa apresentará uma proposta alternativa ao teto de gastos.

Segundo ele, o Brasil tem 11 regras de controle de gastos públicos, sobrepostas e de pouca credibilidade. E, na aliança de apoio à candidatura Lula, existe uma discussão suprapartidária sobre o modelo que substituirá o teto.

"Precisamos de regras que tenham credibilidade, que dêem sustentabilidade fiscal e previsibilidade. Vamos apresentar uma proposta alternativa com essa preocupação. Mas temos que ter espaço para políticas anticíclicas", afirmou.

Também para mitigar resistência, a coordenação do plano de governo do ex-presidente decidiu excluir das diretrizes programáticas a proposta de revogação da reforma trabalhista, que constava de versão apresentada no dia 6 de junho.

O termo deu lugar a uma proposta de elaboração de nova legislação trabalhista "a partir de um amplo debate e negociação".

O texto apresentado originalmente aos presidentes de partidos falava expressamente na revogação da reforma trabalhista implantada no governo Temer.

A proposta atendia, especialmente, ao PSOL.

Dirigentes partidários e representantes de centrais reclamaram da inclusão da palavra revogação, muitas vezes descartada pelo próprio Lula. Sindicalistas lembraram que a revogação integral da reforma trabalhista nem constava da pauta da classe trabalhadora que, elaborada por nove centrais sindicais, foi apresentada a Lula em dia 14 de abril.

Para evitar desgastes na aliança de apoio ao petista, o comando da campanha decidiu incorporar o texto redigido pelas centrais sindicais. A saída privilegia sindicalistas, sem contrariar frontalmente partidos da aliança.

A redação final fala, então, em revogação de marcos regressivos. Diz ele: "o novo governo irá propor, a partir de um amplo debate e negociação, uma nova legislação trabalhista de extensa proteção social a todas as formas de ocupação, de emprego e de relação de trabalho, com especial atenção aos autônomos, aos que trabalham por conta própria, trabalhadores e trabalhadoras domésticas, teletrabalho e trabalhadores em home office, mediados por aplicativos e plataformas, revogando os marcos regressivos da atual legislação trabalhista, agravados pela última reforma, e reestabelecendo o acesso gratuito à justiça do trabalho".

O documento não aprofunda qual seria legislação voltada para proteção de trabalhadores mediados por aplicativos. Mercadante afirma que o texto é apenas um ponto de partida para discussão.

Para petistas, porém, alguns pontos são inegociáveis, como a oposição a privatizações, a defesa de um estado indutor de crescimento e a promessa de se "colocar o povo no Orçamento".

O texto lista ainda a busca de crescimento e competitividade, baseada em investimento produtivo e

reindustrialização, com participação privada.

O documento defende "uma **reforma tributária** solidária, justa e sustentável, que simplifique **tributos**" e na qual "os pobres paguem menos e os ricos paguem mais". No âmbito da discussão sobre taxação de grandes fortunas, a sugestão é a de "fazer os muito ricos pagarem Imposto de Renda".

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**50**

# Economia é entrave para eventual união Tebet-Ciro

**CAMILA ZARUR** *camila.zarur@oglobo.com.br* BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# OCDE vê Brasil como país mais à frente para entrar na entidade

*Estevão Taiar e Larissa Garcia De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1)

# PT "enxuga" texto de 90 para 121 pontos com foco em 1º turno

*Maria Cristina Fernandes De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1)

## "Governo não pode interferir em preços"



*rafaela gonçalves*

Durante audiência pública, ontem, na Câmara dos Deputados, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, reforçou posição contrária ao congelamento de preços dos combustíveis. E, apesar de tecer críticas ao modelo de precificação da estatal, declarando-se a favor da privatização, ele afirmou que não existe a possibilidade de haver intervenção federal na política da empresa.

"É fundamental deixar muito claro para todos: o governo federal não tem como interferir na política de preços da Petrobras. Os normativos legais, hoje, impedem qualquer intervenção, de quem quer que seja", declarou o ministro. Sachsida frisou que os preços são uma decisão da empresa. "Parte dessa governança é importante, não podemos jogar toda uma história fora." A Petrobras usa o Preço de Paridade de Importação (PPI) para definir o valor que cobra dos distribuidores, considerando o preço dos combustíveis praticado no mercado internacional, os custos logísticos de trazê-los ao Brasil e uma margem para remunerar os riscos da operação. Como o preço no mercado internacional é em dólares, a cotação da moeda também influencia o cálculo.

Para Sachsida o modelo de precificação é artificial: "O PPI não é um preço via mercado. Ele é um preço para reproduzir o preço de mercado. Eu sou a favor do preço de mercado. Se o PPI não está representando o preço de mercado de maneira eficiente, é evidente que ele precisa ser melhorado", afirmou.

A posição do ministro contra intervenção na estatal vai no sentido oposto às atitudes do governo. As declarações foram dadas após o presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, ter pedido demissão, na segunda-feira, após forte pressão política do presidente Jair Bolsonaro (PL) e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Coelho já tinha sido demitido no final de maio, mas resistia a deixar o cargo antes de ratificação da assembleia de acionistas. Somente neste ano, é a segunda vez que o governo federal troca o presidente da Petrobras, na tentativa de conter os preços. Para o lugar de Coelho, foi indicado Caio Paes de Andrade, secretário de Desburocratização do Ministério da Economia.

Sachsida citou as alternativas anunciadas recentemente pelo governo e Congresso na tentativa de conter o preço galopante. O auxílio-gás e a redução de **impostos** federais e a limitação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Apesar disso, disse que "não tem bala de prata, não tem um salvador da pátria".

Segundo Sidney Lima, analista de investimentos da Top Gain, o mercado reage com estranheza à dança das cadeiras no comando da estatal. "O temor que vem à tona agora é que, com a possível instauração de uma CPI, a Petrobras passe a ser usada como um palanque eleitoral. Essas intervenções políticas nunca são vistas com bons olhos por investidores, então, é possível que tenhamos um afastamento de investidores no campo da Petrobras", afirmou.

# Mais inflação e mais arrocho (Editorial)

## CORREIO BRAZILIENSE

Todo o barulho em torno da tentativa de demonização da Petrobras feita pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados no Legislativo e no Judiciário não resultou, até o momento, em nenhum efeito prático para os consumidores. Pelo contrário, com o reajuste anunciado na sexta-feira, de 5,18% para a gasolina e de 14,26% para o diesel, o que se vê é o valor da gasolina chegando perto de R\$ 9 nas capitais e em algumas cidades o preço do diesel superando o valor do que abastece os veículos leves. Além disso, os preços da gasolina estão sendo reajustados acima dos R\$ 0,20 de acréscimo nas refinarias, apesar de o combustível vendido nos postos ter de 25% a 27% de etanol, ou seja, após a mistura, o reajuste da gasolina no total equivale a R\$ 0,15 conforme o aumento da Petrobras. **Impostos**, ainda sem alteração, e margem de lucro pesam na correção de valor nas bombas de abastecimento.

Com o aumento do diesel, caminhoneiros já voltam a falar em paralisação e estimativas indicam reajuste de 5% no valor dos fretes. É mais **inflação** no horizonte no momento em que o IPCA deu sinal de desaceleração em maio. E não são apenas os combustíveis. Consumidores de Minas Gerais e do Paraná vão pagar mais caro pela energia elétrica. Nas residências mineiras a conta de luz fica 5,52% mais cara a partir de hoje ? para as indústrias a alta é de 14,31% ?, enquanto os consumidores paranaenses terão alta de 1,58% para residências, de 4,90% para comércios e de 9,32% para as indústrias.

Os aumentos, muito inferiores aos anunciados até agora, foram beneficiados pelo aporte de R\$ 5 bilhões da Eletrobras na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e pelos créditos de PIS/Confins devolvidos aos consumidores. Índices menores do que os autorizados em abril para consumidores do Ceará (24,8%), da Bahia (20,54), do Rio Grande do Norte (20,36%) e de Pernambuco (19,98%), para citar apenas alguns, não deixam de representar mais **inflação**.

Diesel e energia elétrica movimentam o campo e a indústria e impactam diretamente nos custos desses setores. E o diesel, que já acumula alta de 47% este ano, fica mais caro exatamente no momento em que a demanda aumenta por causa da colheita de parcela significativa da safra de grãos brasileira. É aumento de custos na produção no campo que vai significar mais **inflação** na mesa do brasileiro, que por sua vez

precisará de mais tempo para se livrar dos reajustes frequentes.

Tentativas de controle de preços, de suspensão de aumentos, de corte de **impostos** não devem ter efeito de longo prazo pelo que reconhece o Banco Central na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem. "A **inflação** ao consumidor segue elevada, com alta disseminada entre vários componentes, se mostrando mais persistente que o antecipado", diz a autoridade monetária para justificar a elevação da taxa básica de juros para 13,25% ao ano na semana passada, antes dos aumentos do diesel e da energia elétrica.

Prevendo que não atingirá o centro da meta de 3,25% para o próximo ano, o Banco Central revela que o ciclo de alta das taxas de juros será estendido e a Selic permanecerá elevada por mais tempo. "A estratégia de convergência para o redor da meta exige uma taxa de juros mais contracionista do que o utilizado no cenário de referência por todo o horizonte relevante", descreve a ata do Copom. Embora reconheça que as medidas tributárias aprovadas e em discussão no Congresso possam ter impacto na **inflação** deste ano, o BC vê elevação nos preços "no horizonte relevante de política monetária".

Bolsonaro e o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PL-AL), gastam tempo com ataques que afetam as ações da empresa e geram desconfiança nos investidores sem indicar claramente o que pretendem uma vez que demonizar lucros e eleger a petrolífera como inimiga da nação não contribuem em nada para reduzir os preços do petróleo e do diesel no mercado internacional. Governo e Congresso podem mudar a política de preços da Petrobras, podem criar um fundo para compensar a diferença entre preços internacionais e os praticados no mercado interno, podem efetivamente adotar medidas e não apenas disparar contra preços e lucros. Por hora, para os brasileiros só há mais **inflação** e mais arrocho.

# Empresário é investigado por fraudes e grilagem



**Darcianne Diogo**

Investigado por integrar um suposto grupo especializado na falsificação e no uso de documentos forjados para adquirir a propriedade de fazendas em Goiás, o empresário José Fuscaldi Cesilio, 81 anos, mais conhecido como José Tatico, também responde judicialmente por crimes contra a ordem tributária (sonegação de **impostos**) e lavagem de dinheiro, em consequência de uma investigação da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Ordem Tributária (DOT) finalizada em 2020. Em processos públicos, consta que o ex-deputado não pagou os **tributos** da rede de supermercados em 2000.

José e outras oito pessoas foram presas, ontem, durante uma operação desencadeada pela Coordenação de Repressão aos Crimes contra o Consumidor, a Propriedade Imaterial e a Fraudes (Corf). Há suspeita de envolvimento de empresários, advogados e tabeliães de cartórios no esquema criminoso. O delegado responsável pelo caso, Wisllei Salomão, explica que a polícia começou a investigar o grupo "quando um antigo tabelião de Limeira, cidade de Minas Gerais, produziu uma procuração falsa para se apossar de terra pública no DF". A certidão falsa configurava a invasão de uma expressiva área pública da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), dada como garantia de um empréstimo. Tatico foi solto ontem mesmo, após prestar esclarecimentos.

De acordo com a apuração policial, o tabelião investigado havia sido afastado por irregularidades, em 2015. Ele teria produzido outra procuração falsa, no ano seguinte, e apresentado em um cartório do DF,

para transferir uma segunda fazenda, localizada em Mimoso (GO), pertencente a um espólio e avaliada em R\$ 10 milhões. Agindo desde 2014, o mesmo grupo teria emitido uma terceira procuração, com uso de documentos falsos, em Dom Bosco (MG), para conseguir a escritura de compra e venda de uma fazenda também localizada em Mimoso (GO), avaliada, desta vez, em R\$ 15 milhões.

Os mandados de prisão temporária e busca e apreensão foram expedidos pelos juízes criminais de Taguatinga, Gama, Lago Sul, Águas Claras, Setor de Indústrias Gráficas, Vicente Pires e Guará. Nas cidades de Goiás, houve expedição em Goiânia, Padre Bernardo, Mimoso e Águas Lindas.

## Defesa

Por meio de nota, o advogado Frederico Sardinha Ferreira Chaves, responsável pela defesa do empresário Tatico, informou que as acusações não condizem com a realidade "tendo em vista que o empresário (também idoso) e seu filho também foram vítimas da quadrilha que gerou essa operação". Em outra nota, um segundo advogado de Tatico, Cristian Klock, afirmou que o empresário foi liberado após prestar informações.

# Governo e Congresso decidem ampliar Auxílio Gás e criar vale-caminhoneiro



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que propõe flexibilizar Lei das Estatais para facilitar indicações, como na Petrobras. OUTROS/REUTERS

**Julia Chaib Idiana Tomazelli Thiago Resende**

A menos de quatro meses das eleições, o governo Jair Bolsonaro (PL) e o Congresso Nacional decidiram ampliar o Auxílio Gás e criar um auxílio para caminhoneiros como resposta à alta no preço dos combustíveis.

Os detalhes foram acertados em uma reunião entre o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nesta terça-feira (21).

A informação foi confirmada por técnicos e integrantes do Palácio do Planalto.

A viabilidade das medidas está em análise pela AGU (Advocacia Geral da União), pois há o receio de que a criação do vale aos caminhoneiros viole a lei eleitoral. Na avaliação de parte do governo, a inclusão da medida em uma PEC (proposta de emenda à Constituição) afasta os questionamentos eleitorais, mas, ainda assim, técnicos veem riscos.

A expectativa é contemplar entre 700 mil e 900 mil caminhoneiros autônomos com o vale. O piso de R\$ 400 pago no programa Auxílio Brasil tem sido uma referência nas discussões sobre o valor.

No Congresso, porém, há quem prefira um subsídio direto ao diesel, por meio de um fundo de compensação para reduzir o preço nas bombas. Essa possibilidade foi defendida por Pacheco, que é favorável à criação de um fundo de estabilização.

No caso do Auxílio Gás, uma das possibilidades é reduzir o intervalo do pagamento do benefício, que passaria a ser mensal em vez de bimestral, segundo fontes do governo ouvidas pela Folha. Outra opção é

dobrar o valor pago às famílias a cada dois meses.

O Auxílio Gás foi criado em novembro do ano passado e paga 50% do valor de um botijão de gás de 13 kg às famílias beneficiárias a cada dois meses. Em junho, o valor do benefício é de R\$ 53, pago a 5,7 milhões de famílias.

No entanto, vendas em queda indicam que os recursos não estão sendo utilizados na compra de botijões, diz o setor. Segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), as vendas de botijão registram queda de 5,6% nos primeiros quatro meses de 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Entre janeiro março, o volume de gás de cozinha vendido em botijões de 13 quilos no país é o menor pelo menos desde 2017, também de acordo com estatísticas da ANP.

A ampliação do Auxílio Gás deve dobrar o custo do programa, que hoje oscila entre R\$ 275 milhões e R\$ 300 milhões mensais.

A autorização para as despesas deve ser incluída na mesma PEC que tramita no Senado e prevê uma compensação aos estados pela redução de **tributos** sobre diesel e gás. Os valores ficam fora do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

Técnicos da área econômica ainda trabalham nas estimativas sobre o custo adicional das medidas.

O governo passou a defender a criação dos benefícios para caminhoneiros e para a população de baixa renda diante da resistência da equipe econômica à ideia de alteração na Lei das Estatais.

Nesta segunda-feira (20), Lira sugeriu que o Palácio do Planalto enviasse uma MP (medida provisória) para que as regras para indicações nas estatais fossem modificadas -o plano é flexibilizar as normas para trocas de comando nas empresas.

O ministro Paulo Guedes (Economia), porém, se opõe à proposta de modificar a Lei das Estatais. Por isso, a ideia perdeu força, mas não foi totalmente descartada. Líderes do Congresso ainda sustentam que a

flexibilização deve ser feita, por considerarem que os critérios para indicações nas companhias estão muito rígidos.

Para tentar desmobilizar o Congresso na intenção de mudar a Lei das Estatais, ministros e a cúpula do Congresso planejam lançar os auxílios como forma de compensação ao aumento dos preços dos combustíveis.

A estratégia, porém, deve elevar os custos do governo com o pacote. Guedes já deu aval a um conjunto de medidas com impacto de R\$ 46,4 bilhões. A lista inclui um repasse de até R\$ 29,6 bilhões para estados em troca de eles zerarem **tributos** sobre diesel e gás e uma renúncia de R\$ 16,8 bilhões com a desoneração de **tributos** federais sobre gasolina e etanol.

Em coletiva no Palácio do Planalto, o ministro da Economia chegou a dizer que o pacote para combustíveis teria um custo de até R\$ 50 bilhões neste ano.

Ainda está em discussão incluir na PEC a verba necessária para bancar os custos de um projeto de lei, de relatoria do deputado Isnaldo Bulhões (MDB) para tornar gratuita a passagem para idosos no transporte público.

A preocupação com a lei eleitoral decorre de ela proibir, no ano da disputa, a "distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública", exceto em situações extremas (como calamidade ou emergência) ou em casos de programas sociais autorizados em lei e que já eram executados no ano anterior.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

50

# BC reforça temor de inflação com redução de impostos

**Nathalia Garcia**

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central alertou que incertezas sobre políticas fiscais podem trazer risco de alta para **inflação**, conforme ata da última reunião divulgada nesta terça-feira (21).

O recado ocorreu em meio às medidas do governo para baratear os preços dos combustíveis via redução de **impostos**.

"O comitê reforça que a incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e políticas fiscais que sustentem a demanda agregada podem trazer um risco de alta para o cenário inflacionário e para as expectativas de **inflação**", escreveu.

Na ata, o colegiado do BC reforçou a avaliação de que as medidas tributárias em tramitação no Congresso "reduzem sensivelmente a **inflação** no ano corrente, embora elevem, em menor magnitude, a **inflação** no horizonte relevante de política monetária."

Ressaltou também que o impacto das medidas tributárias sobre preços de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações não está incorporado em suas projeções do cenário de referência.

Na última quarta (15), o Copom elevou a Selic em 0,5 ponto percentual, a 13,25% ao ano. A taxa básica de juros atingiu, assim, o patamar mais alto em quase cinco anos e meio. Em janeiro de 2017, estava em 13,75% ao ano, durante o governo de Michel **Temer** (MDB).

Já são 11 altas consecutivas desde o início do ciclo de aperto monetário, em março de 2021, quando a taxa de juros partiu de seu piso histórico, em 2% ao ano.

O atual choque de juros já é o mais longo da série histórica e o mais forte desde a adoção do regime de metas para **inflação**, em 1999. Na época, a Selic saltou 20 pontos percentuais, de 25% para 45% ao ano.

Na ata, o Copom repetiu a sinalização de que antevê "um novo ajuste, de igual ou menor magnitude" na próxima reunião, em agosto - o que significa um aumento de 0,5 ou de 0,25 ponto percentual.

E o documento trouxe mais detalhes sobre o plano de voo do BC, indicando a necessidade de manter a taxa básica de juros em nível elevado por mais tempo e a decisão de ainda não encerrar o ciclo de aperto monetário.

O comitê admitiu que a **inflação** não deve convergir para o centro da meta em 2023, fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. Agora, se empenha para trazer a expectativa de **inflação** do próximo ano ao redor de seu objetivo.

No cenário de referência do Copom, a projeção do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para o próximo ano é de 4%. O mercado financeiro, por sua vez, estima 4,7% para **inflação** de 2023, de acordo com a pesquisa Focus.

"O comitê avalia, com base nas projeções utilizadas e seu balanço de riscos, que a estratégia requerida para trazer a **inflação** projetada em 4,0% para o redor da meta no horizonte relevante conjuga, de um lado, taxa de juros terminal acima da utilizada no cenário de referência e, de outro, manutenção da taxa de juros em território significativamente contracionista por um período mais prolongado que o utilizado no cenário de referência", disse a autarquia no documento.

Segundo o BC, a estratégia de convergência para o redor da meta exige "uma taxa de juros mais contracionista do que o utilizado no cenário de referência por todo o horizonte relevante."

O comitê ponderou na discussão que o ciclo de aperto foi bastante "intenso e tempestivo" e que, dada a defasagem da política monetária, ainda não se observam os efeitos plenos do choque de juros sobre a economia. No entanto, também considerou a deterioração no cenário inflacionário tanto de curto prazo quanto em projeções mais longas.

Neste contexto, optou por indicar uma nova alta da Selic no próximo encontro. O Copom volta a se reunir nos dias 2 e 3 de agosto para recalibrar a taxa de juros.

"Dada a persistência dos choques recentes, o comitê avaliou que somente a perspectiva de manutenção da

taxa básica de juros por um período suficientemente longo não asseguraria, neste momento, a convergência da **inflação** para o redor da meta no horizonte relevante", justificou.

"Essa estratégia foi considerada a mais adequada para garantir a convergência da **inflação** ao longo do horizonte relevante, assim como a ancoragem das expectativas de prazos mais longos, ao mesmo tempo que reflete o aperto monetário já empreendido, reforça a postura de cautela da política monetária e ressalta a incerteza do cenário", acrescentou.

A estratégia do BC para a convergência da **inflação** em torno da meta de 2023 chamou a atenção dos economistas do mercado financeiro. O tema consta nos relatórios divulgados por Santander, Itaú Unibanco, Bank of America e diversos outros.

Para Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, o quadro inflacionário desafiador "convenceu" o BC da necessidade de um patamar mais elevado para a Selic, além da manutenção de juros elevados por um longo período.

"Acreditamos que o Copom acabará encontrando espaço para cortar a taxa de juros antes do que está implícito no cenário básico. Mas os quadros global e doméstico permanecem muito incertos", disse.

A equipe econômica do Banco Original ressaltou que a postura do Copom coincide com a de outros bancos centrais, reconhecendo a dificuldade de controlar a **inflação** em uma janela curta de tempo. "O viés é por uma convergência mais lenta da **inflação**", afirmou.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

50

# Operação contra pirataria tira do ar 266 sites e 461 apps ilegais

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Estados pedem a Gilmar que suspenda liminar sobre ICMS dos combustíveis

*Luísa Martins, Renan Truffi, Isadora Peron e Vandson Lima De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1)

# Políticas sociais e combate à fome são prioridades



**Vinicius Doria**

A chapa formada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelo ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) para disputar o Palácio do Planalto lançou ontem o seu plano de governo, batizado de "Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil 2023-2026", com a presença de representantes dos dois partidos e outros cinco que compõem a aliança (PCdoB, Rede, PV, PSol e Solidariedade). Com 121 itens, o plano teve de última hora para incluir sugestões dos partidos e agora ficará disponível, por um mês, em uma plataforma na internet para receber críticas e sugestões dos eleitores. Depois, servirá de base para o programa de governo que será registrado com a candidatura na Justiça Eleitoral. Propostas mais radicais, como revogação da reforma trabalhista foram atenuadas.

O plano é dividido em três eixos: Desenvolvimento social e garantia de direitos. Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania, e Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática. Este último foi o que mais recebeu alterações em relação ao texto original, proposto pela Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT e que serviu de base para os debates entre os partidos.

Logo no primeiro item o plano afirma: "Mais do que nunca, o Brasil precisa resgatar a esperança na reconstrução e na transformação de um país devastado por um processo de destruição que nos trouxe de volta a fome, o desemprego, a **inflação**, o endividamento e o desalento das famílias; que coloca em xeque a democracia e a soberania nacional; que destrói o investimento público e das empresas; e que dilapida o patrimônio natural, aprofundando as desigualdades e condenando o país ao atraso e ao isolamento internacional".

As questões ambientais ganharam mais relevo, mas os partidos tiveram o cuidado de compatibilizar os interesses preservacionistas com o desenvolvimento

econômico, baseado na sustentabilidade e no desenvolvimento tecnológico. A mineração, por exemplo, foi incorporada ao plano, com a ressalva de que a atividade ilegal, principalmente na Amazônia, será "duramente combatida".

Além de medidas de defesa do meio ambiente e de estímulo às atividades econômicas com base na sustentabilidade, o capítulo destaca o papel da Petrobras como estatal estratégica e propõe a alteração da atual política de preços. A revisão da reforma trabalhista - e não mais a sua revogação pura e simples, também integra os compromissos da chapa.

No capítulo dos direitos sociais, o combate à fome foi apresentado como "prioridade absoluta", segundo o coordenador dos trabalhos interpartidários, o ex-ministro Aloysio Mercadante. Nesse contexto, o plano propõe a restauração do Bolsa-Família como política pública permanente de distribuição de renda e combate à insegurança alimentar. Também se compromete com a retomada da política de aumentos do salário mínimo acima da **inflação**.

O plano também firma compromissos com a defesa dos direitos de minorias, combate ao racismo e às formas de discriminação e respeito à diversidade. Políticas públicas de ação afirmativa, como cotas raciais e de renda para acesso à educação e ao mercado de trabalho, serão ampliadas. O tema educação também recebeu um adendo de última hora, para incorporar uma sugestão de Alckmin em relação à defasagem de aprendizado dos estudantes após o longo período de pandemia. O ex-governador de São Paulo sugere que o governo federal apoie um programa específico de reforço educacional para os alunos que tiveram dificuldades para acompanhar conteúdos em aulas a distância.

## ORÇAMENTO SECRETO

A proposta de acabar com o teto de gastos e a ausência de menção ao orçamento secreto dominaram a entrevista coletiva concedida após o lançamento do plano de governo. Aloizio Mercadante esclareceu que o fim do teto de gastos virá acompanhado de medidas que assegurem o que chamou de "sustentabilidade fiscal". Ele destacou que o documento aponta para a construção de "um novo regime fiscal, que disponha de credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade",

que tenha "flexibilidade" e "garanta a atuação anticídica".

Segundo Mercadante, a prioridade do governo Lula-Alckmin, se eleito, será estimular, por meio de investimentos públicos, a recuperação do setor produtivo com a "reindustrialização do país". "Num quadro de recessão, se não tiver investimento público para retomar o investimento privado, não se retoma o crescimento. Se não retomar o crescimento, não melhora a relação dívida x **PIB**. Temos grande desafio fiscal pela frente", disse Mercadante, ressaltando que "muitos fiscalistas bem ortodoxos, históricos", também defendem o fim do teto de gastos.

Com relação ao orçamento secreto, Mercadante se limitou a dizer que o assunto estava contido na defesa de um orçamento público transparente e na proposta de um novo federalismo, que repactue as relações entre União, estados e municípios na divisão dos recursos públicos. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) complementou: "O orçamento secreto já acabou com o teto de gastos há muito tempo, é a maior distorção administrativa, financeira e contábil de toda a história. É impossível continuar com essa equação", afirmou.

Temos um cidadão desequilibrado, um cidadão do mal, que não foi capaz de derramar uma única lágrima por 670 mil vítimas da COVID"

Luiz Inácio Lula da Silva, pré - candidato do PT à Presidência Esse triste presidente será o único da história que, quando sair (do governo), vai deixar o salário mínimo menor do que quando entrou"

Geraldo Alckmin, candidato a vice na chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

# Alta além da inflação e do salário mínimo

A cena vista em todos os cantos do país é praticamente corriqueira nos últimos meses: motoristas se espremem nos postos para completar o tanque e tentar driblar mais um reajuste os combustíveis feito pela Petrobras. Em 2022, a empresa estatal já anunciou por três vezes o aumento da gasolina e outras quatro o do diesel, frustrando motoristas e caminhoneiros que já vivem à mercê de um Brasil com forte **inflação** e crise econômica. O presidente Jair Bolsonaro (PL) fez pressão sobre o então presidente da Petrobras, José Mauro Ferreira Coelho, que deixou o cargo ontem, culpando-o sobre o aumento abusivo dos preços dos combustíveis. A repercussão do alto reajuste chegou à Câmara dos Deputados, já que o presidente da casa, Arthur Lira (PP-AL), também disparou contra a política da empresa em custear os combustíveis nas bombas.

Apesar das reclamações de Bolsonaro, os combustíveis em seu governo não pararam de subir. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os reajustes foram muito superiores ao aumento do salário mínimo e do próprio índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a **inflação** do país. Em Minas, por exemplo, o etanol encareceu 72% desde que Bolsonaro tomou posse, em janeiro de 2019, passando de R\$ 2,96 para R\$ 5,12 por litro. A gasolina comum teve aumento de 60,9%, passando de R\$ 4,55 para R\$ 7,47. Na mesma toada, o diesel aumentou 98%, enquanto o diesel S10 subiu 95,4%.

O Gás Natural Veicular (GNV) teve reajuste de 60% por metro cúbico, enquanto o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) encareceu 64,75% no período. De 2019 para cá, o salário mínimo aumentou apenas 21,44%, aparecendo hoje com o valor de R\$ 1.212. Há três anos, era R\$ 998. Enquanto isso, o IPCA acumulado desde então foi de 25,73%, de acordo com cálculos do Banco Central. Desde 2016, a Petrobras tem como política parear os reajustes nos combustíveis aos valores internacionais do barril de petróleo, ao preço do dólar e até mesmo ao custo de transporte ao país. O governo Bolsonaro manteve a política que elevou os preços para o consumidor final.

Especialistas afirmam que o combustível é um dos itens que mais influenciam na **inflação** do mês no Brasil. "Quando há reajuste na gasolina ou no diesel, toda a cadeia produtiva é automaticamente afetada. Os fretes se tornam mais caros para os produtores. Logo, os preços dos demais produtos acabam sofrendo variação de preço", explica Venâncio Araújo,

coordenador da pesquisa do IPCA em Minas Gerais.

Para o economista da Fundação Getúlio Vargas, André Braz, o último aumento dos combustíveis anunciado pela Petrobras ainda não vai interferir na **inflação** deste mês. "O reajuste da gasolina e do diesel acontece num momento que não pega o IPCA, cujo cálculo é feito até 15 de junho. Logo, o índice que antecipa a **inflação** deste mês não vai captar o reajuste dos combustíveis. Vai ficar para o IPCA do mês de junho. E mesmo assim, vai aparecer apenas metade do aumento da gasolina e do diesel. Boa parte da coleta já foi realizada". (RD)

# Plano de governo da chapa Lula-Alckmin exclui ruídos e sinaliza ao centro



Alckmin e Lula se cumprimentam durante evento de lançamento do plano de governo Fotos Bruno Santos/Folhapress



Eduardo Suplicy se queixa com Mercadante no evento Reprodução/Lula no YouTube



Bolsonarista que invadiu evento petista é retirado do local pela polícia

## Catia Seabra e Joelmir Tavares são paulo

A nova versão das diretrizes do programa de governo da chapa Lula-Alckmin, divulgada nesta terça-feira (21), eliminou arestas para o diálogo com setores ao centro, como a revogação da reforma trabalhista, e sinalizou a conservadores ao excluir alusões a aborto e acenar a policiais.

A prévia do plano da chapa composta pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) é descrita por aliados como "um texto possível" a partir dos pontos de vista dos sete partidos da coligação (PT, PSB, PSOL, Rede, PC do B, PV e Solidariedade).

Aversão atual elevou o destaque a propostas para a Amazônia e a Petrobras, dois temas que pressionam o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição e segundo colocado nas pesquisas: a disparada no desmatamento e nos preços dos combustíveis.

Nesta terça, Lula e Alckmin criticaram Bolsonaro, sem citá-lo diretamente, no ato de lançamento do documento, em São Paulo. O ex-presidente se referiu ao rival como "um cidadão desequilibrado", "desumano" e "do mal", além de "um presidente que não conversa com a sociedade".

"Em um programa de governo, a gente não pode ser irresponsável de propor coisa que a gente já sabe que não vai executar", disse o petista. "Porque, se você não fizer, você vai ser cobrado pela sua ineficiência, pela sua incompetência. Então, é importante que a gente coloque o menos para fazer o máximo." "Tudo isso que está aqui [no plano] é possível de ser cumprido", afirmou, conclamando a sociedade a participar das decisões para resgatar a democracia e reconquistar a cidadania. Ele disse que, ao questionar as urnas eletrônicas, Bolsonaro põe em suspeição os brasileiros.

Lula disse que já provou, quando governou país, que é possível combater a desigualdade e recuperar a economia. O petista colocou como prioridade o fim da fome e a melhora da renda da população.

Alckmin disse que o atual governo promoveu desmonte de políticas públicas, o que reforça a necessidade de um dos motes da campanha, a reconstrução do país.

"Não se faz um programa de governo democrático em cima de motociata e jet-ski, mas é ouvindo a população e trabalhando", discursou Alckmin, provocando aplausos.

Ele também defendeu um "crescimento que não destrua o meio ambiente", chamando de "uma coisa inacreditável" o que se vê na Amazônia, com grilagem e destruição.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, disse no evento que o documento é "uma síntese do que pensam todos que estão nesta caminhada", ressaltando o que

chamou de "grande unidade programática", com colaboração de movimentos sociais e sindicais.

Centrais sindicais insistiram na manutenção do ponto sobre a reforma trabalhista, mas o termo "revogação", que apareceu em versão anterior do texto, foi adaptado. Agora a proposta é revogar somente "os marcos regressivos da atual legislação trabalhista".

Tirar pontos "que poderiam atrair mais problemas" foi benéfico, na opinião do presidente nacional do Solidariedade, Paulinho da Força. Para ele, o principal no momento é destacar a urgência da geração de empregos e do combate à **inflação**.

O presidente nacional do PSOL, Juliano Medeiros, diz que o documento "traduzuma coalizão", o que explica a necessidade de fazer concessões.

"Não é um programa que vai resolver de imediato todos os problemas do país, mas aponta as prioridades [...], entre elas a revogação do teto de gastos, a revisão das medidas regressivas da reforma trabalhista e a defesa do desmatamento líquido zero", diz.

O viés sustentável também foi aplicado à questão da Petrobras, ao lado de dois pontos: a oposição clara à privatização da estatal e a defesa do fim da paridade internacional de preços, baseada no dólar. O documento fala em "abrasileirar o preço dos combustíveis".

Discussões que provocaram ruídos e apareceram na versão preliminar apresentada pelo PT aos partidos aliados no dia 6 foram excluídas ou abrandadas. É o caso da defesa dos direitos sexuais e reprodutivos para mulheres. Lula foi alvo de críticas após dizer que o aborto deveria ser um "direito de todo mundo".

Há ainda menções ao enfrentamento a crimes e violências cometidos contra mulheres, a juventude negra e a população LGBTQIA+.

Uma das novidades é a promessa de segurança para o livre exercício do jornalismo profissional e a retirada de alusão a interferência na mídia. O texto fala em respeitar a liberdade de imprensa e debater no Legislativo o "direito de acesso à informação e aos meios de comunicação".

Evento tem invasão de bolsonaristas e queixa de Suplicy

O ato de lançamento das diretrizes do programa de governo da chapa Lula-Alckmin, nesta terça-feira (21), em São Paulo, foi marcado pelo protesto de bolsonaristas que entraram no local e por uma queixa

pública do vereador da capital Eduardo Suplicy (PT).

O manifestante Caíque Mafra, pré-candidato a deputado estadual em São Paulo pelo Republicanos, entrou no salão do evento, em um hotel nos Jardins (região central), nos minutos finais da fala de Lula e chamou o ex-presidente de corrupto. O petista foi surpreendido, mas não deu resposta. O bolsonarista também gritou para Alckmin uma frase sobre "voltar para a cena do crime", em alusão a uma fala do ex-governador sobre o PT.

O grupo era formado por outros dois detratores do petista. Eles foram encaminhados para a delegacia. Em uma rede social, Mafra confirmou que era ele na cena. "Questionei o corrupto do Lula e o Alckmin por sua fala".

Mafra é ativista conservador, ex-filiado do PSDB, apoiador do pré-candidato ao governo de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) e defensor da família Bolsonaro nas redes sociais.

A plateia, formada por membros da campanha e simpatizantes, buscou abafar a confusão com palmas e um coro de "olê, olê, olá, Lula, Lula".

O evento foi marcado também por uma manifestação de Suplicy, que se levantou da plateia e foi até Aloizio Mercadante (PT), coordenador do programa de governo, reclamar da abordagem sobre renda básica de cidadania, sua bandeira de vida.

Suplicy, em pé, interrompeu o ex-ministro para dizer que a proposta "não foi considerada". O ex-senador disse, em tom exaltado, que não foi convidado para os debates.

O ex-ministro disse que o colega de partido será chamado para as próximas conversas e minimizou o embaraço.

Lula, em gesto para apaziguar os ânimos, afirmou que Suplicy está correto ao fazer a reclamação. "Se Deus quiser, nós haveremos de implantá-la um dia no país", afirmou.

"Em um programa de governo, a gente não pode ser irresponsável de propor coisa que a gente já sabe que não vai executar.

Porque, se você não fizer, você vai ser cobrado pela sua ineficiência, pela sua incompetência" Lula (PT) pré-candidato à Presidência

Diretrizes do programa de governo de Lula

O QUE É

Documento é uma prévia das diretrizes do programa de governo que será oficializado após o registrada candidatura

## PRINCIPAIS EIXOS

### Reconstrução

Defende o Estado agindo como agregador das forças sociais para superar, prioritariamente, a desigualdade, a fome, o desemprego e a **inflação**

### Economia

O eventual governo se compromete a restaurar condições de vida digna e "colocar o povo no orçamento", tendo como base o desenvolvimento sustentável com estabilidade

### Estatais

O documento revela oposição às privatizações da Petrobras, da Eletrobras e dos Correios

### Ambiente

Fala em transição ecológica e energética, uso regulado da biodiversidade e "combate implacável ao desmatamento ilegal".

A Amazônia é vista como prioridade

### Corrupção

O documento lista ações de combate feitas em gestões do PT, com o fortalecimento da Polícia Federal e a criação de órgãos, e encampa a retórica petista ao afirmar ser necessário assegurar o respeito ao processo legal, "de modo a impedir a violação dos direitos" e "a manipulação política"

## PONTOS SENSÍVEIS

### Reforma trabalhista

A defesa explícita da "revogação da reforma trabalhista feita no governo **Temer**" deu lugar a uma versão adaptada. No texto atual, a proposta é revogar só "os marcos regressivos da atual legislação trabalhista" e propor diálogo entre trabalhadores e patrões

### Teto de gastos

O documento prega a necessidade de "revogar o teto de gastos" e construir "um novo regime fiscal, que disponha de credibilidade, previsibilidade e

sustentabilidade"

### Aborto

Saiu de cena a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos para mulheres. Na redação atual, são citadas políticas de saúde integral para mulheres e ações para equidade de direitos e combate ao feminicídio

### Comunicação

Não há menção a regulação ou interferência na mídia, combate à concentração econômica no setor ou à neutralidade das plataformas digitais

### Educação

A novidade no tópico é a defesa de uma educação pública laica, vista como não conflitante com a defesa da liberdade religiosa e de culto. O programa diz ser preciso fortalecer a educação pública universal, democrática, gratuita e de qualidade, além de continuidade das políticas de cotas sociais e raciais

### Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49950>

# Taxa extra da conta de energia elétrica vai aumentar até 64%

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou nesta terça-feira (21) reajustes de até 64% nas bandeiras tarifárias cobradas na conta de luz para custear o uso de térmicas. Segundo a agência, a alta reflete a inflação e o maior custo com essas usinas.

A expectativa do mercado, porém, é que a taxa extra não seja necessária em 2022, diante da recuperação dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas. De acordo com o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), esse nível chegou a 74,4% na segunda (20).

A bandeira amarela, mais barata, terá reajuste de 59,4% e passará a custar R\$ 2,989 para cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos. Já a bandeira vermelha nível 1 sobe 63,8%, para R\$ 6,50. A bandeira vermelha nível 2, mais cara, aumenta 3,2%, para R\$ 9,795.

O sistema de bandeiras tarifárias tem ainda uma bandeira verde, sem custo adicional para o consumidor, usada em períodos de pouco uso de energia térmica, como o atual.

"O acréscimo verificado nos valores se deve, entre outros, aos dados do mercado de compra de energia durante o período de escassez hídrica em 2021, ao custo do despacho térmico em razão da alta do custo dos combustíveis e à correção monetária pelo IPCA, que fechou 2021 com aumento de 10,06%", diz a Aneel.

Os novos valores passam a valer em julho, mas a Aneel ainda não confirmou qual das bandeiras será utilizada no mês. A tendência é que se mantenha com a bandeira verde, sem cobrança adicional.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

50

# Brasil retrocede em ranking de combate à corrupção

*Fernando Exman De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187250?page=1&section=1)